GRUPO NELSON QUINTAS

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

1. INTRODUÇÃO

A presente política de privacidade descreve a forma como os seus dados pessoais são tratados e disponibiliza informação sobre os serviços prestados e sobre as medidas adotadas para assegurar a sua proteção.

O Grupo Nelson Quintas e as empresas do seu universo reconhecem a privacidade e a proteção dos dados pessoais como princípios essenciais e orientadores da sua atividade.

O tratamento de dados pessoais é realizado em conformidade com a legislação aplicável, nomeadamente o Regulamento (UE) 2016/679, de 27 de abril de 2016 (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados ou "RGPD"), e com a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a sua execução na ordem jurídica portuguesa.

2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO

O responsável pelo tratamento dos seus dados pessoais é a Nelson Quintas Imobiliária, S.A., com o número único de matrícula e de pessoa coletiva 501 488 855, com sede na Rua do Campo Alegre, 830, 9.º andar, 4150-171, Porto, nos termos do artigo 4.º, ponto 7, do RGPD.

3. TRATAMENTO E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

A presente política reflete a forma como atuamos quando prestamos os nossos serviços e sempre que, de algum modo, nos relacionamos consigo e tratamos os seus dados pessoais.

O acesso aos dados pessoais que nos confia encontra-se limitado em função da necessidade do respetivo tratamento e das finalidades prosseguidas.

A proteção dos seus dados pessoais é assegurada desde a conceção e por defeito, estando integrada em tudo o que fazemos, na forma como prestamos os nossos serviços, na relação que mantemos consigo e com os nossos parceiros e em todas

as iniciativas que desenvolvemos. Os dados pessoais são tratados apenas na medida estritamente necessária e o respetivo acesso é rigorosamente controlado.

A proteção dos dados pessoais constitui uma prioridade, traduzida na disponibilização de informação de qualidade sobre o respetivo tratamento, de forma transparente, clara, acessível e compreensível.

4. CONCEITOS DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Para efeitos da presente política, são relevantes os seguintes conceitos:

Dados pessoais: qualquer informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável, sendo que é considerada identificável uma pessoa singular que possa ser identificada, direta ou indiretamente, designadamente por referência a um número de identificação ou a um ou mais elementos específicos da sua identidade física, fisiológica, psíquica, económica, cultural ou social.

Tratamento: operação ou um conjunto de operações efetuadas sobre dados pessoais ou sobre conjuntos de dados pessoais, por meios automatizados ou não automatizados, tais como a recolha, o registo, a organização, a estruturação, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de disponibilização, a comparação ou interconexão, a limitação, o apagamento ou a destruição.

Responsável pelo tratamento: pessoa singular ou coletiva, a autoridade pública, a agência ou outro organismo que, individualmente ou em conjunto com outras entidades, determina as finalidades e os meios do tratamento de dados pessoais. Sempre que as finalidades e os meios desse tratamento sejam determinados pelo direito da União ou de um Estado-Membro, o responsável pelo tratamento ou os critérios específicos aplicáveis à sua nomeação podem ser previstos pelo direito da União ou de um Estado-Membro.

Subcontratante: pessoa singular ou coletiva, a autoridade pública, agência ou outro organismo que trate os dados pessoais por conta do responsável pelo tratamento destes.

Autoridade de controlo: uma autoridade pública independente criada por um Estado-Membro nos termos do artigo 51.º do RGPD.

5. FINALIDADES E CONDIÇÕES DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Os dados pessoais que tratamos são apenas os estritamente necessários à prestação dos nossos serviços, em conformidade com o princípio da minimização dos dados.

Em função das finalidades prosseguidas, a tabela seguinte identifica os dados pessoais que podem ser tratados e o respetivo fundamento jurídico aplicável.

Finalidade	Categorias de dados pessoais	Fundamento jurídico
Identificação do cliente	Dados de identificação e contacto	Diligências pré-contratuais ou execução do contrato; cumprimento de obrigação legal, quando aplicável.
Prestação de serviços	Dados de identificação, contacto, profissionais e contratuais	Diligências pré-contratuais ou execução do contrato; interesse legítimo, quando aplicável.
Resposta a pedidos de informação	Dados de identificação e contacto	Diligências pré-contratuais, cumprimento de obrigação legal ou interesse legítimo, consoante a natureza do pedido.
Marketing	Dados de identificação, contacto e preferências	Consentimento ou interesse legítimo, quando legalmente admissível.
Comunicação de alterações aos serviços	Dados de identificação e contacto	Execução do contrato ou cumprimento de obrigação legal.
Funcionamento do website	Dados de identificação eletrónica e navegação	Consentimento ou interesse legítimo, quando aplicável.
Gestão da relação contratual	Dados de identificação, contacto, profissionais, contratuais e financeiros	Execução do contrato ou cumprimento de obrigação legal.
Faturação	Dados de identificação, fiscais, faturação e pagamento	Execução do contrato ou cumprimento de obrigação legal.
Recrutamento e seleção	Dados de identificação, contacto, académicos e profissionais	Diligências pré-contratuais.
Realização e divulgação de eventos	Dados de identificação, contacto, imagem e voz	Execução do contrato, consentimento ou interesse legítimo, conforme aplicável.

6. CONSERVAÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

Os seus dados pessoais são conservados apenas durante o período necessário à prossecução das finalidades que determinaram o respetivo tratamento, após o qual são eliminados ou anonimizados.

Não obstante, existem requisitos legais que nos obrigam a conservar os dados durante um período mínimo. Nessas circunstâncias, respeitaremos os prazos legalmente aplicáveis.

Quando o tratamento se baseie no seu consentimento, conservaremos os dados até que retire esse consentimento ou até que a finalidade deixe de subsistir, sem prejuízo dos prazos legais aplicáveis.

7. DIREITOS DOS TITULARES

Nos termos da legislação aplicável, enquanto titular de dados pessoais pode exercer os seguintes direitos:

Direito de retirar o consentimento (artigo 7.º, n.º 3, do RGPD)

Direito a retirar o consentimento a qualquer momento, sem comprometer a licitude do tratamento anteriormente realizado com base nesse consentimento.

Direito de acesso (artigo 15.º do RGPD)

Direito a obter confirmação sobre o tratamento dos seus dados pessoais e, em caso afirmativo, a aceder aos mesmos e a obter informação sobre o respetivo tratamento.

Direito de retificação (artigo 16.º do RGPD)

Direito a obter a retificação dos seus dados pessoais inexatos e a completar os dados que se encontrem incompletos.

Direito ao apagamento (artigo 17.º do RGPD)

Direito a solicitar o apagamento dos seus dados pessoais, sempre que se verifique alguma das situações previstas no RGPD.

Direito à limitação do tratamento (artigo 18.º do RGPD)

Direito a obter a limitação do tratamento dos seus dados pessoais.

Direito à portabilidade dos dados (artigo 20.º do RGPD)

Direito a receber os seus dados pessoais num formato estruturado, de uso corrente e de leitura automática e, quando aplicável, a transmiti-los a outro responsável pelo tratamento.

Direito de oposição (artigo 21.º do RGPD)

Direito a opor-se ao tratamento dos seus dados pessoais.

Direito de não ficar sujeito a decisões automatizadas (artigo 22.º do RGPD)

Direito de não ficar sujeito a uma decisão tomada exclusivamente com base no tratamento automatizado dos seus dados pessoais, incluindo a definição de perfis, quando essa decisão produza efeitos na sua esfera jurídica ou o afete significativamente de forma semelhante.

Direito de apresentar reclamação (artigo 77.º do RGPD)

Direito a apresentar uma reclamação junto de uma autoridade de controlo, nomeadamente, em Portugal, da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD).

Direito de representação (artigo 80.º do RGPD)

Direito a mandatar, nos termos previstos no RGPD, um organismo, organização ou associação sem fins lucrativos para exercer determinados direitos em seu nome.

Direito a indemnização e responsabilidade (artigo 82.º do RGPD)

Direito a indemnização pelos danos sofridos em resultado de uma violação do RGPD.

Para exercer estes direitos, consulte o ponto "**15. Contactos**" ou "**16. Encarregado da Proteção de Dados**".

Após a receção do seu pedido, por correio eletrónico ou por outro meio adequado, procederemos à respetiva análise e daremos o devido seguimento.

8. RESPOSTA AOS PEDIDOS DOS TITULARES DOS DADOS

Os pedidos relativos ao tratamento de dados pessoais são analisados com brevidade, sendo a resposta prestada de forma concisa, transparente, inteligível e de fácil acesso, através de linguagem clara e simples.

A resposta é prestada no prazo de um mês a contar da receção do pedido. Este prazo pode ser prorrogado por dois meses, quando necessário, tendo em conta a complexidade e o número de pedidos, nos termos do RGPD.

As informações são prestadas por escrito ou por outros meios, incluindo, quando adequado, por meios eletrónicos.

A pedido do titular, a informação pode ser prestada oralmente, desde que a respetiva identidade seja devidamente comprovada. Na falta de elementos suficientes para confirmar a identidade do titular, o pedido poderá não ser satisfeito.

9. SEGURANÇA DOS DADOS PESSOAIS

Adotámos medidas técnicas e organizativas adequadas para assegurar um nível de segurança apropriado ao risco associado ao tratamento dos seus dados pessoais, tendo em conta as medidas previstas no artigo 32.º do RGPD.

Atendendo à permanente evolução tecnológica, revemos e melhoramos periodicamente as medidas implementadas, de modo a reforçar a segurança dos dados pessoais.

Promovemos a formação contínua dos nossos colaboradores, assegurando que dispõem dos conhecimentos necessários para tratar os seus dados pessoais de forma adequada, em conformidade com a legislação aplicável e as melhores práticas em matéria de proteção de dados.

10. TRATAMENTO DE DADOS EM REGIME DE SUBCONTRATAÇÃO

No âmbito da nossa atividade, poderemos recorrer a subcontratantes que tratem os seus dados pessoais por nossa conta, nos termos previstos no RGPD.

Sempre que tal aconteça, o tratamento dos seus dados pessoais será realizado apenas de acordo com as nossas instruções documentadas e ao abrigo de um acordo escrito que assegure o cumprimento dos requisitos previstos no artigo 28.º do RGPD.

Nesse contexto, recorremos exclusivamente a subcontratantes que apresentem garantias suficientes quanto à adoção de medidas técnicas e organizativas adequadas, assegurando a conformidade do tratamento com os requisitos do RGPD e a proteção dos direitos dos titulares dos dados.

11. COMUNICAÇÃO DE DADOS

No âmbito dos serviços que prestamos, a disponibilização de determinados dados pode ser necessária para celebrar ou executar um contrato ou para lhe enviar comunicações, consoante o fundamento jurídico aplicável.

A não disponibilização dos dados necessários poderá impedir a celebração ou execução do contrato, a prestação do serviço ou o envio da comunicação solicitada, conforme aplicável.

12. TRANSFERÊNCIAS INTERNACIONAIS

Por regra, os seus dados serão tratados no Espaço Económico Europeu. Sempre que possível, selecionamos prestadores de serviços, incluindo subcontratantes, estabelecidos neste espaço geográfico.

Caso transfiramos dados pessoais para países terceiros ou organizações internacionais fora do Espaço Económico Europeu, cumpriremos as disposições legais aplicáveis e asseguraremos a existência de garantias adequadas, nos termos do Capítulo V do RGPD.

13. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE A UTILIZAÇÃO DO WEBSITE

O acesso ao nosso website e a disponibilização dos seus dados pessoais implica e pressupõe que conheça o conteúdo desta política.

O nosso website pode incluir ligações para websites externos que não se encontram sob o nosso controlo. O conteúdo e as práticas desses websites são da exclusiva responsabilidade das entidades que os gerem.

14. UTILIZAÇÃO DE COOKIES

O website utiliza apenas cookies estritamente necessários ao respetivo funcionamento, os quais não dependem do consentimento do utilizador.

15. CONTACTOS

Morada: Rua do Campo Alegre, 830, 9.º andar, 4150-171, Porto
Email: geral@nelsonquintas.pt
Telefone: (+351) 226 079 280

16. ENCARREGADO DA PROTEÇÃO DE DADOS

A Nelson Quintas Imobiliária, S.A. dispõe de um Encarregado da Proteção de Dados, tendo essa designação sido comunicada à Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD).

Para qualquer questão relacionada com a proteção dos seus dados pessoais, poderá contactar diretamente o Encarregado da Proteção de Dados através dos seguintes meios:

Morada: Rua do Campo Alegre, 830, 9.º andar, 4150-171, Porto
Email: privacidade@nelsonquintas.pt

17. ALTERAÇÕES À POLÍTICA DE PRIVACIDADE

A presente política de privacidade poderá ser atualizada em função de alterações legais, regulatórias, tecnológicas ou operacionais.

Caso tal ocorra, a versão atualizada será disponibilizada no nosso website, para que a possa consultar.

18. APROVAÇÃO E VERSÃO

A presente política de privacidade foi aprovada pela Administração do Grupo Nelson Quintas.

Versão 3.0 – outubro 2026